

---

# COMUNICAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA



## CENA 1

Há quase 50 anos, em 10 de dezembro de 1948, a ONU (Organização das Nações Unidas) adotou e proclamou a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, onde se lê: “Artigo III. Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Ou no Artigo XIX. “Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios independentemente de fronteiras”.

## CENA 2

De agosto de 1979 a março de 1985 desenvolveu-se no Brasil o Projeto **Brasil: Nunca Mais**, de que resultou um livro do mesmo nome, publicado pela Editora Vozes em 1985, onde se lê à página 11, em texto de D. Paulo Evaristo Arns: “A primeira (mulher), ao assentar-se em minha frente, colocou de imediato um anel sobre a mesa, dizendo: ‘É a aliança de meu marido, desaparecido há dez dias. Encontrei-a, esta manhã, na soleira da porta. Sr. padre, que significa essa devolução? É sinal de que está morto ou é um aviso de que eu continue a procurá-lo?’ Até hoje nem ela nem eu tivemos resposta a essa interrogação dilacerante”. Eram os tempos do Autoritarismo, os **Anos Rebeldes**, conforme título da série de Gilberto Braga. “Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado” (Artigo IX).

## CENA 3

Em 1984, o Brasil todo vai às ruas exigindo “Diretas Já”. O Hino Nacional, cantado sob forte emoção, passa a ser a canção de guerra dos brasileiros. Naquele momento, quase 40 anos depois de sua promulgação, estávamos querendo apenas que se fizesse valer o Inciso 3 do Artigo XXI da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições pe-

### A AUTORA

#### **Maria Aparecida Baccega**

Doutora em Letras e Ciências da Comunicação.  
Professora Associada da Escola de Comunicações e Artes da USP. Especialista em Linguagem Verbal nos Meios de Comunicação. Coordenadora do Curso “Gestão de Processos Comunicacionais”.

riódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto”.

#### CENA 4

Quantas e quantas e quantas vezes o Brasil já amanheceu de luto. Quer seja a chacina de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, quer seja o massacre de 111 presos no Carandiru, em São Paulo. Uma, particularmente, chocou a todos: o violento assassinato das crianças na Candelária. “A maternidade e a infância têm direito a cuidados e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social” (Artigo XXV, Inciso 2).

A Revista **Comunicação e Educação** publica na íntegra a Declaração Universal dos Direitos Humanos por considerar que ela se constitui num roteiro privilegiado de postulados minimamente necessários para a cidadania plena e que só o cumprimento desses postulados permitirá ao homem exercer o “direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios” (Artigo XXVII, Inciso 1).

Uma das manifestações mais evidentes desse progresso científico, porque presente em todas as vidas, é a tecnologia que embasa os avanços dos meios de comunicação. No campo da educação, o desafio maior de nosso tempo é a busca da incorporação dessa tecnologia na cultura, é a busca de equilíbrio entre pólos tão distantes: o cidadão do mundo e o homem degradado, impossibilitado não de ver reconhecidos seus direitos, mas de saber que possui direitos. O cidadão da globalização, aquele que emerge do conhecimento pleno, e o homem aviltado, aquele que não come, não lê, não tem condições mínimas de usufruir os benefícios do mundo.

Segundo Key<sup>1</sup>, já não se fala em exploração do homem pelo homem. Estamos na era do “abuso do homem pelo próprio homem. A tecnologia de ponta de persuasão de massas atingiu níveis de sofisticação muito maiores do que a maioria dos indivíduos imagina. Muitos ainda agarram-se desesperadamente à ilusão de que pensam por si mesmos, determinam seus próprios destinos e exercem, tanto individual quanto coletivamente, seu livre-arbítrio (o grande mito subjacente à ideologia democrática); agarram-se à ilusão de que a propaganda age em interesse do consumidor; e, talvez a maior auto-ilusão de todas, de que podem facilmente discernir entre fantasia e realidade.”

E discernir entre ficção e realidade supõe o alargamento de uma condição inerente ao ser humano: a de ser capaz de abstrair e de generalizar. E, desse modo, atingir, pela razão, a condição da criticidade.

Programa de difícil execução, sabemos, mas que pode começar da maneira mais singela: o homem se descobrindo homem. E, descobrindo-se homem, saber-se sujeito de direitos. Para isso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos pode contribuir. Que tal divulgá-la, usá-la nas aulas, nos núcleos de estudos, em todos os lugares onde as pessoas se reúnam (sindicatos, igrejas, clubes).

1. KEY, Wilson Bryan. **A era da manipulação**. São Paulo, Editorial Scritta, 1993. p. 27.

Ler os jornais (nem precisam ser os do dia) e procurar verificar nas notícias o cumprimento ou descumprimento de tais direitos; assistir a telenovelas, a noticiários pela televisão ou pelo rádio, com os mesmos objetivos. Fazer pequenos textos e teatralizá-los, discutir o último livro lido, a última revista em quadrinho. Também os filmes, do cinema ou da televisão, podem significar material importante.

Ocorre que os meios de comunicação constituem a mediação cultural privilegiada. Eles constituem-se na concretização da síntese tecnologia e cultura. É preciso saber aproveitá-los.

## CENA 5

Aula de Comunicação Não-Verbal na Escola de Comunicações e Artes da USP. Os alunos, de 2º semestre, acompanham atentamente a exposição da Profa. Maria Helena Martins. Ela fala sobre a moda, especificamente a questão do uso do *jeans*. Pano de fundo: a teorização do próprio Roland Barthes, no livro **Sistema da moda**<sup>2</sup>.

Revolta dos alunos: como aquela professora se arroga o direito de dizer que eles usam *jeans* porque é moda e que a moda é ditada igualmente para todos? Afinal, diz cada um deles (e dizem todos, em uníssono), **eu uso porque eu gosto**.

Como se vê, o caminho é longo. Mas, como diz um verso muito citado: Caminheiro, faz-se o caminho ao caminhar. Constrói-se a cidadania no processo, diremos nós. Apenas, podemos intercambiar algum apoio logístico para essa caminhada.

E mais: é do interior desta realidade que vivemos que brota a realidade nova, a outra realidade, a realidade do “respeito aos direitos fundamentais do homem”, baseada “na dignidade e no valor da pessoa humana”. A construção é difícil, as raízes têm que ser profundas.

Segundo o Núcleo de Estudos da Violência da USP, em Relatório entregue às Nações Unidas em 1993, a tortura continua a ser praticada no Brasil, seja para extrair informações, para obter confissões forçadas, para a prática de extorsão ou até como forma de punição. Segundo o Relatório, menos de 10% desses casos vêm a público. E isso porque “geralmente as vítimas são de origem humilde, desconhecem seus direitos e temem represálias”. É fundamental, portanto, que as pessoas conheçam seus direitos. E é aí que a Escola exerce seu papel e colabora para que esta nova realidade em gestação seja efetivamente sólida.

## ARTIGOS NACIONAIS

“O respeito aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades” constituem as bases da cidadania. A cidadania plena é conquista que se constrói no dia-a-dia e que tem como pilar “a educação básica de qualidade”, como diz Walfrido S. dos Mares Guia Neto no seu artigo **Educação para a cidadania**. Ele enfrenta a perplexida-

2. BARTHES, Roland. **Sistema da moda**. São Paulo, Nacional – EdUSP, 1979.

de que toma conta de todos os educadores: o que é ser cidadão e que atuação devem ter os educadores na sua formação.

O **mundo cultural** do qual todos participamos, independente de escolaridade, se repartirá a cada um na medida em que a escola leve o indivíduo a ter consciência da sua individualidade (e não individualismo), mostrando-lhe que essa individualidade é decorrência desse mesmo **mundo cultural**, o que permite a todos a dimensão da solidariedade.

A cultura contemporânea é caracterizada pelas inovações tecnológicas, as quais produzem “a instantaneidade” que transforma “rapidamente em passado” qualquer informação que nos chegue. É essa instantaneidade que leva ao “esvaziamento crescente de sentido e do significado das notícias”.

Contrói-se, nesse final de século, uma outra realidade econômico-política, um outro **mundo cultural**. É o mundo da globalização, da queda de barreiras entre os saberes. O estudo da realidade, hoje, “envolve todas as áreas do conhecimento para análise do mesmo problema”. Como diz Walfredo Mares Guia, “qualquer projeto de educação deve incluir sempre a análise do problema em todas as dimensões”.

Para dar conta disso, a sala de aula começa a se transformar. Precisamos ter no nosso horizonte — para que possamos reivindicar e passar a ter em nossa sala de aula — os equipamentos necessários: o vídeo, o computador, o *CD-Rom*, entre outros. Como diz o autor, “o espaço de reflexão e análise é a escola”. É ela que ensinará o aluno a “ler” a informação, a “ler” os meios de comunicação, a analisar a realidade, a utilizar-se da tecnologia em favor do homem. A tornar-se cidadão, enfim.

Em **O teatro na educação e seus impasses**, Nanci Fernandes retoma a questão da *cidadania*, mostrando-a na sua inter-relação com o teatro e a religião.

A autora vai mostrando a história do teatro no Brasil, até chegar a 1958, quando o Teatro de Arena traz o “homem brasileiro para o centro da cena”, impulsionando o teatro “enquanto veículo de participação e conscientização”. É o teatro agindo na construção da cidadania que o golpe militar de 64 vai calar.

Segundo a autora, é preciso “praticar um teatro participativo, essencial à formação cultural e à educação das grandes massas”. De que forma o teatro-educação pode agir, colaborando para a formação do cidadão? É o que Nanci Fernandes discute no seu artigo.

E os alunos continuam lendo os livros indicados pelos seus professores. Essas leituras estão, também, formando cidadãos. A literatura infanto-juvenil já é traço incorporado na prática escolar cotidiana. Mas, **O que pensam os adolescentes das histórias que lêem?**

É o que Maria Alice Faria vai contar no seu artigo, mostrando, no percurso, o respeito/ desrespeito às individualidades. Como diz um aluno, “eu leio o livro, fico quieto, guardo comigo mesmo”. O que estes cidadãos estão guardando consigo mesmos? Não seria hora de procurarmos saber?

Os alunos — e nós todos — também continuamos a assistir a televisão. Ela tem sido fonte privilegiada de mediação entre o homem e a realidade, portanto, importante formadora do **mundo cultural**.

Como vimos no número 2, ela nos conta histórias — no noticiário ou na telenovela — levando-nos por “mares nunca dantes navegados” e, quem sabe, “nunca navegáveis”.

No Brasil, as emissoras de TV são concessões do governo: ou seja, o governo permite a alguma empresa ou instituição fazer televisão (e entrar na sua casa e formar cidadãos). Este é um tema dos mais importantes. Quais as características necessárias para se obter esse direito? Isso é regulamentado, entre nós, pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual, segundo Elvira Lobato, no artigo **Raio X das telecomunicações**, “virou obra de ficção”.

Se tomarmos em conta o papel que a televisão desempenha na era do “abuso do homem pelo próprio homem”, na expressão de Key, já que ela é uma das detentoras “da tecnologia de ponta de persuasão das massas”, para quem e por quem estão sendo persuadidos os cidadãos brasileiros, podemos perguntar. Ou: é assim que se forma um cidadão?

A verdade é que nem só de televisão vive (e se forma) o cidadão. Mas também de toda palavra escrita no jornal.

E é do jornal — e da empresa que o produz — que vem nos falar Luciano Martins, no artigo **Um brinde pela educação**. Segundo ele, o jornal precisa desprender-se de seu “imediatismo mercadológico” e assumir-se enquanto “instituição de educação”.

Para tanto, no mundo da globalização, cabe à imprensa “enxergar o global e o tribal” e à empresa que produz o jornal acabar com “o preconceito segundo o qual o leitor, antes de cidadão, é mero consumidor”.

## ARTIGO INTERNACIONAL

A educação a distância começa a precisar seus contornos. Fala-se muito, no momento, na televisão. O Telecurso 2000 já está no ar.

E o rádio? Que papel ele pode desempenhar e já desempenhou na educação?

“Educar, informar e entreter” é o trífogo consagrado, criado por Lord Reith, da BBC, para se referir às funções do rádio. Para que possamos conhecer o “educar e informar”, a revista **Comunicação e Educação** traz a 1ª parte de **Ensino a distância: experiências e inovações**, que nos relata o uso do rádio na educação a distância.

Este artigo, originalmente publicado pelo Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Saint Louis, nos Estados Unidos, nos proporciona um bom panorama sobre o tema.

## ENTREVISTA

Todos já convivemos com Nílton Travesso. Nossa família já foi amiga da Família que ele criou: a **Família Trapo**; já nos empolgamos com o **Show do dia 7**, com o **Fantástico**, entre muitos, muitos outros. Até recentemente ele esteve em nossas casas contando a história de **Éramos Seis** e agora está com **As pupilas do Senhor Reitor**. É ele o nosso entrevistado. Vale a pena — e muito — conhecê-lo.

## CRÍTICA

Neste ano, o cinema completa 100 anos. Sobre ele já falaram Anna Maria Balogh, em **Sobre sedução na arte e na mídia**, no nº 1 da revista e Marília Franco, em **O prazer audiovisual**, no nº 2. Neste número tratamos da pornochanchada, de tanto êxito na década de 70. Seriam esses filmes transgressões das normas morais estabelecidas ou eles simplesmente percorriam caminhos diferentes para ratificar a moral vigente? É o que Valter Vicente Sales Filho discute em **Pornochanchada: o doce sabor da transgressão**.

Já com relação às telenovelas, verificamos que muitas das que estão no ar são rerepresentações de telenovelas que já fizeram sucesso em outros tempos. Por que isso vem acontecendo? É o que Anamaria Fadul, especialista em telenovela, vai nos contar em **Há crise de criatividade na dramaturgia?**

Ana Mae Barbosa vem tratar da polêmica questão da **Redação da Fuvest: o visual e o verbal**. Mais que discutir se a Fuvest acertou ou não, a especialista em arte-educação faz uma importante reflexão sobre a leitura da imagem.

## DEPOIMENTO

O depoimento de Eduardo Leone, montador de vários filmes de sucesso, desvenda para nós o “outro lado” do filme **Conterrâneos velhos de guerra**, de Vladimir Carvalho. Por que as imagens estão ali, naquela ordem? Como a música é usada neste filme? Como se compõe, enfim, a narrativa? **Como uma ópera: Conterrâneos velhos de guerra** é contribuição indispensável para se conhecer um pouco mais o cinema.

## EXPERIÊNCIA

**Os meios de comunicação nas aulas de História**, de Marta Gouveia de O. Rovai, é mais que um relato de experiência: constitui-se no testemunho de que a utilização dos meios de comunicação em sala de aula resulta em benefício indiscutível para a formação do cidadão. É ler para crer.

## SERVIÇOS

A Universidade de São Paulo tem vários museus, todos abertos à comunidade. Um dos mais procurados é o MAC (Museu de Arte Contemporânea), o qual, além do seu acervo, oferece cursos e outras atividades que beneficiam a rede escolar e a comunidade em geral. **Uma coleção contemporânea na USP**, de Lisbeth Rebollo Gonçalves, Diretora do MAC, conta um pouco da história do Museu; a própria Diretora, juntamente com Dilma de Melo Silva, Coordenadora da Divisão de Educação do MAC, informam em **MAC para a comunidade** quais os serviços do Museu. Aproveite.

## BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

**Videografia de História para professores de 2º grau**, **Bibliografia Especializada sobre Telenovela** e **Bibliografia sobre Comunicação e Educação** continuam. As três partes do BOLETIM BIBLIOGRÁFICO têm sido bastante elogiadas. Esperamos que elas estejam sendo úteis para você também.